

ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA Nº 001/2017  
24 DE MARÇO DE 2017, SÃO JOÃO DO SUL/SC

Aos 24 de março de dois mil e dezessete, às quatorze horas e quarenta e cinco minutos, no auditório da Sociedade Esportiva de São João do Sul, localizada a Rua Luiz Scandolara, nº 461 - Centro, São João do Sul/SC foi iniciada a sessão presencial da Audiência Pública nº 001/2017, conforme convocação realizada por meio do Comunicado Relevante nº 3, de 16 de março de 2017, publicado no Diário Oficial da União nº 53, de 17 de março de 2017, sessão 3, página 97, e nos dias 01 de fevereiro, 06 de março, 10 de março e 11 de março do corrente ano, nos jornais de grande circulação Correio Brasiliense, o Estado de São Paulo, Zero Hora de Porto Alegre e o Informativo do Vale. A audiência pública teve como objetivo tornar público, colher sugestões e contribuições às minutas de Edital e Contrato, ao Programa de Exploração da Rodovia e aos Estudos de Viabilidade, para concessão da BR- 101/290/386/448/SC/RS, no trecho da BR-101/SC, do km 455,9 até a divisa SC/RS; da BR- 101/RS, entre a divisa SC/RS até o entroncamento com a BR-290 (Osório); da BR-290/RS, no entroncamento com a BR-101 (A) (Osório) até o km 98; da BR-386, no entroncamento com a BR-285/377 (B) (para Passo Fundo) até o entroncamento com a BR-448; e da BR-448, no entroncamento com a BR-386 até o entroncamento com a BR-116/290. Na sequência, foi formada a mesa da Audiência Pública composta pelo senhor Leonardo Mesquita Cavalcanti, Presidente Substituto da audiência e Ouvidor da ANTT; a senhora Luciana Faria Cortonesi, responsável pelos trabalhos da secretaria; o senhor Stéphane Quebaud, representante da Diretoria Geral da ANTT, o senhor Marcelo Fonseca, assessor do Diretor Geral e apresentador da proposta, o senhor Alexandre Trarbach, representante da Procuradoria Geral junto à ANTT e ainda, o senhor Fábio Freitas, representante do Ministério dos Transportes, Portos e Aviação Civil. Inicialmente, o Presidente da Audiência registrou a presença de autoridades, como o senhor Moacir Teixeira, Prefeito do município de São João do Sul, o senhor Sérgio Luis dos Santos, Presidente da Câmara de Vereadores do município de São João do Sul, os Deputados Estaduais Manoel Matos, José Milton Scheffer, Rodrigo Minotto, Ricardo Guidi e José Nei; os Deputados Federais Geovania de Sá e Jorge Boeira, e ainda, o senhor Ivan Bertuol, representando o Secretário de Transportes do Estado do Rio Grande do Sul. Em seguida, fez a leitura dos procedimentos conforme a Resolução ANTT nº 3.705/2011 e a Deliberação ANTT nº 25, de 30 de janeiro de 2017 e passou a palavra ao senhor Marcelo Fonseca, o qual fez a apresentação do tema, demonstrando as principais características do projeto de concessão e os aspectos relevantes do Programa de Exploração da Rodovia (PER). Os valores de tarifa e a quantidade de praças de pedágio também foram expostas aos presentes. Durante a apresentação, foi necessário a intervenção do Presidente da sessão pública, em virtude de manifestação de um dos presentes, para esclarecimentos quanto aos procedimentos que seriam adotados durante a sessão. Após a apresentação, o senhor Presidente informou que não haveria o intervalo de quinze minutos, conforme os procedimentos estabelecidos anteriormente, tendo em vista o grande número de inscritos para manifestação oral. Informou ainda que os esclarecimentos às manifestações seriam realizados em blocos pela mesa diretora, após um determinado número de inscritos. Em seguida, o senhor Fábio Freitas fez algumas colocações sobre o projeto e sobre a localização da praça de pedágio no estado de Santa Catarina e sobre os demais projetos de concessão, incluindo a BR-101/SC, principalmente. Esclarece também sobre o cenário atual da economia no país e a indisponibilidade de recursos do governo federal. Assim, o senhor Presidente iniciou o pronunciamento dos inscritos para manifestação oral, chamando o senhor Ivan Bertuol, representando o Secretário de Transporte do estado do Rio Grande do Sul, que após os agradecimentos iniciais aos presentes, prefeitos e demais autoridades mencionou que foi possível verificar no projeto apresentado hoje que as sugestões e contribuições enviadas estão sendo incorporadas ao projeto. Mencionou também a preocupação sobre os problemas de alagamento encontrados atualmente no trecho duplicado pelo DNIT na rodovia BR-101. Em seguida, foi chamado o senhor Moacir Teixeira, Prefeito de São João do Sul, que se dirigiu ao púlpito e após os cumprimentos iniciais, agradeceu a representação política presente e aos demais

participantes da sessão presencial. Demonstrou preocupação com a praça de pedágio localizada na região e que o município de São João do Sul não quer a praça de pedágio, pois irá sacrificar a população. Solicitou apoio ao governo que avalie o projeto com mais carinho e cuidado e às lideranças para que se encontre outra alternativa. O senhor Presidente chamou, em continuidade aos inscritos para manifestação, a senhora Deputada Federal Geovania de Sá que iniciou cumprimentando os prefeitos, deputados e vereadores presentes e declarou que não considera necessária instalação da praça de pedágio em São João do Sul. Se for necessário a construção de passarela da região o Governo irá providenciar, mas é contra o pedágio. A seguir a palavra foi concedida ao senhor Deputado Federal Jorge Boeira, que cumprimentou os integrantes da mesa, deputados e demais presentes. Agradeceu ainda as lideranças representadas e mencionou sobre a rodovia BR-101 que a construção foi realizada com o dinheiro público e que não poderíamos pagar para usar a rodovia, manifestando-se contra o pagamento de pedágio. Considerou que a população irá pagar a conta das obras realizadas no Rio Grande do Sul, pois o Estado de Santa Catarina tem o menor trecho do projeto. Logo depois, foi chamado o senhor João da Silva e a senhora Neuza Bittencourt, e, por não estarem presentes, o senhor Presidente chamou o senhor Vereador Lucas Vieira, que relatou que a rodovia BR-101 foi mal executada e sem os acessos laterais. Ao término da manifestação, foi chamado o senhor Cláudio Schawartz, Secretário da administração da Prefeitura de Terra da Areia, que corroborou com a manifestação anterior sobre os problemas encontrados na rodovia BR-101, tais como a falta de iluminação, os alagamentos, a necessidade de acessos laterais. Declarou ainda, apoio ao Estado de Santa Catarina para a retirada da praça de pedágio na região. O próximo a se manifestar foi o Vereador de Terra de Areia, Pedro Henrique Gross, que também corroborou com as manifestações anteriores em relação às obras já realizadas na rodovia BR-101. Mencionou sobre as marginais de mão única que não tem retornos, a necessidade de iluminação pública e a necessidade da ativação da balança no trecho rodoviário. Em ato contínuo, a palavra foi concedida ao senhor Alex Bristo, Presidente da seccional sul da Ordem dos Economistas de Santa Catarina, que após os cumprimentos iniciais questionou sobre qual seria o retorno para a região com o projeto de concessão. Manifestou decepção em relação à mobilização da região para estar presente na sessão e não terem os esclarecimentos necessários sobre o projeto. Relatou ainda que os valores apresentados do pedágio estavam desatualizados e as informações desencontradas, ficando decepcionado com a apresentação da proposta. Solicitou que fosse apresentado o que é positivo para o Estado de Santa Catarina com a concessão dos trechos rodoviários. Na sequência, o próximo a ser chamado foi o senhor André Porto Silveira, Vereador de Passo de Torres, que iniciou questionando o valor do pedágio e relatou que o município de Passos de Torres está interligado ao município de São João do Sul nas atividades diárias, tais como ir à igreja, comércio e se manifestou contra a praça de pedágio. O próximo a ser chamado pelo senhor Presidente foi o senhor Gilberto Delfino, representando o Deputado Estadual, Jorge Melo, que após os cumprimentos à mesa e aos presentes se manifestou contra a instalação do pedágio e considerou que não existe contrapartida que atenda às necessidades do pedágio. O senhor Júlio César Colombo, Presidente da Câmara Municipal de Criciúma, que também se manifestou contra o pedágio e declarou apoio ao município de São João do Sul. O senhor Daniel Freitas, Vereador de Criciúma e Presidente da Comissão de Obras de Criciúma, chamado na sequência, corroborou com as duas contribuições anteriores em relação à construção da praça de pedágio no estado de Santa Catarina. Ao término da manifestação, o senhor Fábio Freitas, do Ministério dos Transportes, Portos e Aviação Civil fez algumas considerações tais como: o governo sempre faz o possível para chegar ao menor valor possível de tarifa nos projetos e que está discutindo em relação à posição da praça de pedágio para o trecho de cima da rodovia BR-101, isto é, em todo o estado de Santa Catarina. Informou que irá verificar a possibilidade de um consenso e vai chamar a bancada do estado para conversar a respeito. Em continuidade às manifestações foi chamado o senhor João Paulo Silva, empresário, que mencionou sobre a dificuldade em entender o cálculo do valor do pedágio, considerando impossível aceitar o valor do pedágio e sugeriu que a praça de pedágio seja localizada na divisa do estado de Santa Catarina com o Rio Grande do Sul. O senhor Presidente chamou o senhor Enio Manoel Cardoso, que após os cumprimentos iniciais aos presentes, mencionou que não se ouviu nada de objetivo na apresentação realizada pelo senhor Marcelo Cardoso. Mencionou também que a tarifa de pedágio está com o valor muito alto e questionou sobre a possibilidade de alterar a localização da praça de pedágio. O próximo a ser chamado foi o senhor José Lucas Delfino, que declinou da sua manifestação, sendo chamado em seguida, o senhor Manoel Mota, Deputado Estadual, que cumprimentou o Prefeito de São João do Sul, e saudou os deputados e demais presentes. Declarou ser contra o projeto e o pagamento de pedágio, mencionou sobre a dificuldade na duplicação da

rodovia BR-101, que após a conclusão será concedida e que o Estado de Santa Catarina não tem que pagar pelas melhorias no estado do Rio Grande do Sul. Ainda em continuidade às manifestações orais, foi chamado o senhor Valberto Arns, assessor do Deputado Federal Ronaldo Bendeti, que agradeceu a realização da audiência pública e sugeriu um encontro entre a área política e área técnica para definir o projeto, instalando a praça de pedágio no estado do Rio Grande do Sul. Foi chamado em seguida o senhor Clorisvaldo Piuco que demonstrou ser contra o pagamento do pedágio, considerando que os transportadores já pagam uma conta alta e gostariam de participar do processo com mais contribuições. O senhor Jonas Gomes de Souza, Prefeito de Passo de Torres foi chamado, mas por estar ausente, o senhor Presidente passou a palavra para o senhor Ricardo Guidi, Deputado Estadual que se dirigiu ao púlpito e cumprimentou a todos; fez duas considerações a saber: sobre a localização da praça de pedágio e declarou que as melhorias apresentadas no projeto são para o estado do Rio Grande do Sul. Mencionou ainda que reconhece a necessidade do pedágio nas rodovias brasileiras, mas que o estado de Santa Catarina não quer pagar os benefícios para o estado do Rio Grande do Sul. A seguir, foi chamado o senhor José Nei, Deputado Estadual que cumprimentou os prefeitos, deputados, vereadores, lideranças e população do Rio Grande do Sul e de Santa Catarina. Considerou que a concessão parece ser um processo irreversível, mas não entendeu o porquê da necessidade de inclusão do trecho catarinense. Sugeriu que a discussão específica sobre a inclusão do trecho do estado de Santa Catarina seja realizada quando do projeto de concessão de toda a BR-101/SC, no maior trecho. O processo de concessão é irreversível, mas a praça de pedágio pode ser discutida no próximo projeto. Na sequência, a palavra foi concedida ao senhor Fábio Freitas, que considerou importante a discussão para entender melhor os impactos em incluir a praça de pedágio localizada no Estado de Santa Catarina no próximo projeto de concessão sinalizado pelo Governo Federal. Após a análise dos efeitos e impactos, juntos, mencionou que será possível chegar a uma decisão. Em seguida, o senhor Marcelo Fonseca esclareceu que o objetivo da apresentação foi de tornar um pouco mais fácil para a população a tomada de decisão sobre o projeto e pediu desculpas se houve algum excesso. Ainda em continuidade às inscrições orais, o senhor Presidente chamou o senhor Emerson Citadini, Vice-Prefeito de Praia Grande, que após os agradecimentos iniciais aos presentes declarou que o município de Praia Grande é turístico e o pagamento do pedágio vai afetar a região, sendo totalmente contra, além de afetar os professores e estudantes. Considerou que o Estado do Rio Grande do Sul é o maior beneficiado, sendo necessário abrir discussões com a região de Santa Catarina, solicitou ainda, respeito à população e se solidarizou com os municípios de São João do Sul e Passo de Torres. Dirigiu-se ao púlpito o senhor Osvaldo da Costa, engenheiro do DNIT, tendo em vista que o senhor Deputado Dóia estava ausente. Assim, o senhor engenheiro colocou-se à disposição dos técnicos do Ministério dos Transportes, Portos e Aviação Civil, bem como da ANTT para após a concessão, resolver problemas pontuais da região. O senhor Presidente passou a palavra ao senhor Marcelo Fonseca que, esclareceu sobre a vida útil do pavimento de rodovias, mencionado na apresentação e que o cálculo foi feito a partir do final da obra integral feita pelo DNIT. A seguir, foi chamado o senhor Deputado Estadual José Milton, que cumprimentou os presentes e considerou a realização da sessão presencial na região uma vitória e que não dá para entender, sob a ótica da população regional, a necessidade da instalação da praça de pedágio. Considerou a possibilidade de deixar a discussão sobre a localização da praça de pedágio do estado de Santa Catarina no momento da discussão do trecho da BR-101/SC e solicitou a retirada da praça do projeto atual. Agradeceu ainda o Senador Dalírio Beber pelo acontecimento da audiência pública, mas demonstrou que a explanação feita pelo senhor Marcelo Fonseca não convenceu. Foi chamado o senhor Hélio Vitor da Costa, empresário, que questionou sobre o preço da tarifa ser sobre veículo leve e se o valor apresentado é justo. Assim, com os questionamentos realizados, o senhor Marcelo Fonseca esclareceu que não faria julgamento sobre o valor do pedágio, apenas esclareceu que os cálculos são feitos de forma técnica. Foi chamado ainda o senhor Henrique Matos Maciel, Prefeito de Praia Grande, que cumprimentou os presentes e a bancada de Santa Catarina, além de todos os prefeitos e manifestou-se contrário à situação arbitrária que está sendo apresentada com o projeto e contra a localização da praça de pedágio. Em continuidade, foi chamado o senhor Sérgio Luiz dos Santos, Presidente da Câmara de São João do Sul, que após os agradecimentos se manifestou contra a instalação da praça de pedágio e não viu alteração e benefícios para o município de São João do Sul. Declarou que em São João do Sul não tem benefícios e os empresários do transporte sofrem com o pagamento dos pedágios. Questionou também sobre os pontos de parada de descanso aos caminhoneiros. O senhor Stéphane solicitou a palavra ao senhor Presidente e após ser concedida informou que após a assinatura do contrato a concessionária deverá apresentar o projeto para os pontos de parada e

descanso de caminhoneiros. Tais pontos estão previstos e é uma obrigação contratual da concessionária. Ao término, o senhor Presidente deu continuidade às manifestações orais e chamou o senhor Manoel Antônio, Presidente do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de São João do Sul, que se manifestou contra a instalação da praça de pedágio e considerou que deveria ser colocada o mais longe possível do município. O senhor Norberto Risotto, próximo a ser chamado, estava ausente, sendo chamado o senhor Sandro Weller, Presidente da Câmara Municipal de Dom Pedro, que solicitou instalação de um retorno no Km 13, iluminação pública e ruas paralelas a Dom Pedro, bem como alterar a passagem em desnível. O senhor Marcelo Fonseca esclareceu sobre o posicionamento das praças de pedágio P6 e P7 demonstradas nos slides e que as obras de duplicação foram alteradas em relação à apresentação feita na cidade de Porto Alegre, sendo transferidas para o início da concessão. O senhor Presidente chamou o senhor Zênio Cardoso, Prefeito do município de Sombrio, que não estava presente, sendo chamado, portanto, o senhor Valdionir Rocha, Prefeito de Morro Grande, que iniciou sua manifestação cumprimentando a todos e agradeceu à bancada de deputados Federais e Estaduais presentes e declarou insatisfação pela localização da praça de pedágio no município de São João do Sul e considerou importante aumentar a discussão a respeito do projeto. Sendo chamado o senhor Aldoir Cardorin, Prefeito de Ermo, por não estar presente, a palavra foi concedida ao senhor Eliseu de Souza, Presidente da CDL, que questionou a respeito da quantidade de carros que circulam na região, sobre os doze anos de carência para iniciar o investimento e ainda, sobre o valor da tarifa de pedágio. Considerou também a rota de fuga da Estrada do Mar e questionou em seguida sobre a localização da praça de pedágio, de não estar entre Cachoeira do Sul e Terra de Areia. Declarou insatisfação pela praça de pedágio e acredita que já está instalada em São João do Sul, manifestou total repúdio à localização da praça. O senhor Fábio Freitas esclareceu que o investimento não inicia no décimo segundo ano e as informações sobre o tráfego estão disponíveis no portal da ANTT. Em seguida, foi chamado o senhor Ademir Magagnin, Prefeito do município de Cocal do Sul, que se solidarizou com a AMESC (Associação dos Municípios do Extremo Sul de Santa Catarina), concordando que a localização da praça de pedágio, no formato atual, está beneficiando o Rio Grande do Sul. Ressaltou o respeito ao município de São João do Sul e que a praça de pedágio precisa mudar de local, ser instalada no estado do Rio Grande do Sul e manifestou apoio ao Prefeito de São João do Sul. O senhor Luis Vanderlei Sala, Delegado de Polícia aposentado, foi chamado, mas estando ausente, o senhor Presidente chamou o senhor Felipe da Silva Machado, da empresa SJS Gessos, que considerou injusta a localização da praça de pedágio em São João do Sul. Na sequência, fez sua contribuição o senhor Everton Farias do Nascimento, agricultor, que questionou sobre a crise e sobre os altos impostos pagos pela população. Manifestou-se contra a localização da praça de pedágio em São João do Sul. O senhor Presidente chamou em seguida, o senhor Mario Marcondes e por não estar presente, foi chamada a senhora Alexandra Cardoso, funcionária da prefeitura de São João do Sul que cumprimentou os presentes e agradeceu a realização da sessão presencial em São João do Sul. Considerou o projeto incoerente com benefícios apenas para o Rio Grande do Sul e se manifestou insatisfeita, demonstrando o seu descontentamento sobre a localização da praça de pedágio. Ressaltou que a população de São João será lesada, prejudicada e considera necessário discutir melhor o projeto e que a população está contra a localização da praça de pedágio. A seguir, Roberto Porto, empresário, reforçou o que já foi falado anteriormente e se manifestou contra a localização da praça de pedágio. Relatou que, sem a criação de um retorno e uma passarela na região, não tem como pensar em igualdade, como foi apresentado pelo senhor Marcelo Fonseca. Com a palavra, o senhor Flávio Raupp, Prefeito de Três Cachoeiras, solicitou três passarelas e a instalação da iluminação pública. Manifestou-se contra o pedágio, mas entende a situação atual do país. O senhor Presidente chamou os senhores Fabiano Marinho, Rosângela Abel, Marcelo de Oliveira Paganini e Zaneide Cesar, mas por não estarem presentes e por não haver mais nenhuma inscrição, questionou se mais alguém gostaria de se manifestar. Assim, o senhor Edinho, vice-prefeito de São João do Sul se dirigiu ao púlpito e se manifestou sobre a possibilidade de uma solução para os problemas quanto à instalação da praça de pedágio em São João do Sul. Declarou que esteve nas outras sessões presenciais e até o momento não percebeu nenhuma solução, demonstrando sua indignação. O senhor Presidente ressaltou que a mesa, em alguns momentos pareceu não prestar atenção às manifestações por discutir se deveria se pronunciar, mas que não houve em nenhum momento deboche por parte de seus integrantes em relação à manifestação dos contribuintes. O senhor Marcelo Fonseca reforçou o posicionamento da mesa e a importância das contribuições e informou que as contribuições são anotadas, sem qualquer teor pessoal, oferecendo o seu contato para qualquer informação necessária. Por não haver mais nenhuma manifestação, o Senhor Presidente informou que a Ata do evento realizado e o Relatório específico da Audiência

Pública serão oportunamente disponibilizados na Internet, no endereço eletrônico da ANTT, [www.antt.gov.br](http://www.antt.gov.br), Audiência Pública nº 001/2017 e que todas as contribuições serão encaminhadas à ANTT e ao governo federal. Agradeceu a presença de todos e deu por encerrada a sessão.

Brasília, 24 de março de 2017.

**Leonardo Mesquita Cavalcanti**  
Presidente Substituto

**Vinicius Magnus A. T. de A. Lima**  
Secretário